

Prezados senhores,

Na última quarta-feira, dia 21 de março, o Ministério das Comunicações publicou, por meio de sua assessoria de imprensa, uma nota intitulada “Manifesto entregue à Câmara pede aplicação de Fust em banda larga”. Na nota, o Ministério manipula informações ao afirmar que o manifesto entregue pelo Intervozes “reforça a proposta do ministro das Comunicações, Hélio Costa, de usar os recursos do fundo para universalizar o acesso à internet banda larga”. Por retificar essa informação distorcida, demandamos que façam circular, para os mesmos destinatários que receberam a tal nota, o seguinte texto:

“No dia 21 de março último, o Ministério das Comunicações publicou, por meio de sua assessoria de imprensa, uma nota intitulada ‘Manifesto entregue à Câmara pede aplicação de Fust em banda larga’. Na nota, o Ministério manipula informações ao afirmar que o manifesto entregue pelo Intervozes ‘reforça a proposta do ministro das Comunicações, Hélio Costa, de usar os recursos do fundo para universalizar o acesso à internet banda larga’.

Não é verdade que a proposta do Intervozes reforce a proposta do ministro das Comunicações. Primeiramente, porque simplesmente desconhecemos qualquer proposta efetiva do ministro para aplicação efetiva do Fust. Isso foi dito explicitamente à assessora de imprensa por Gustavo Gindre, associado ao Intervozes e entrevistado na nota, quando perguntado sobre o tema. Tanto ficou claro que a assessora ficou de colocar um assessor do ministro em contato com o Intervozes para explicar qual é tal proposta. A simples coincidência de linhas gerais (universalização da banda larga) não implica em ‘reforço’ algum. Até porque de fatos concretos temos os mesmos: o fundo continua parado e sem uso, mesmo depois de dois anos de gestão do atual ministro.

Na segunda parte da nota, há a sugestão de que a proposta do ministério e a proposta do Intervozes convergem ao estabelecer um Conselho de Universalização. Novamente há aqui manipulação das informações. O conselho previsto na proposta do Intervozes conta com participação ampla da sociedade civil, visando à democratização da gestão. Já na proposta do ministério, conforme relato na própria nota em questão, o conselho é composto só por membros do governo e da Anatel, o que mantém a tradicional centralização.

Ao tentar utilizar a proposta do Intervozes para reforçar uma proposta sua, o Ministério das Comunicações comete uma levianidade grosseira. Foi em nome da clareza e da não distorção das informações que solicitamos essa retificação.

Atenciosamente,

Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social (www.intervozes.org.br)

São Paulo, 23 de março de 2007